



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

TRACKER



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Avaliação do Resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$8.475 milhões (2019 - R\$10.832 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$2.883 milhões (2019 - R\$2.565 milhões) e os Ativos totalizaram R\$13.039 milhões (2019 - R\$14.022 milhões). O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2020 foi de 35,05% (2019 - 22,86%).

Balancos Patrimoniais

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante		6.524.475	9.406.574
Disponibilidades	4	42	58.389
Instrumentos Financeiros		6.584.643	9.434.786
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Títulos e Valores Mobiliários	5a	2.261.523	633.258
Operações de crédito	5b	144.759	167.914
Operações de crédito - setor privado	7	4.178.361	8.633.614
Operações de crédito - vinculadas a cessão de títulos e créditos a receber		3.604.977	6.799.119
Operações de crédito - vinculadas a cessão de títulos e créditos a receber		573.384	1.317.322
Operações de arrendamento mercantil	7	13.335	26.439
Operações de arrendamento a receber - setor privado		13.335	26.439
Outros ativos		46.672	67.164
Diversos	8	37.331	61.577
Bens não de uso próprio	9a	2.134	2.921
Despesas antecipadas	9b	7.207	2.666
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(120.217)	(180.204)
Operações de crédito		(120.104)	(179.272)
Operações de arrendamento mercantil		(113)	(224)
Outros Créditos		(708)	(708)
Realizável a Longo Prazo		5.748.378	3.899.041
Instrumentos Financeiros		4.274.050	2.158.658
Operações de crédito	7	4.274.050	2.158.658
Operações de crédito - setor privado		4.105.634	2.057.618
Operações de crédito - vinculadas a cessão de títulos e créditos a receber		168.416	101.040
Operações de arrendamento mercantil	7	9.499	13.604
Operações de arrendamento a receber - setor privado		9.499	13.604
Outros créditos		948.244	1.016.586
Diversos	8	946.891	1.014.823
Despesas antecipadas	9b	1.353	1.763
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7h	(130.454)	(51.918)
Operações de crédito		(130.374)	(51.403)
Operações de arrendamento mercantil		(80)	(115)
Crédito Tributário	8	647.039	761.711
Permanente		765.606	715.739
Investimentos		748.878	694.292
Participações em controladas no país	10	748.878	694.292
Imobilizado de uso		27.847	31.342
Outras imobilizações de uso		27.847	31.342
Depreciações acumuladas		(11.119)	(9.895)
Total do Ativo		13.038.459	14.021.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante		7.231.211	8.120.008
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	11	6.120.134	6.623.386
Depósitos		2.336.677	6.038.322
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		3.783.457	585.064
Provisões	13a	7.119	12.741
Obrigações fiscais diferidas	14	181.927	43.084
Outras obrigações		922.031	1.440.797
Colaboração e arrecadação de tributos e assemelhados fiscais e previdenciárias		1.024	11.397
Diversas	14	236.102	282.432
Exigível a Longo Prazo	13b	684.905	1.146.968
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	11	2.843.871	3.209.051
Depósitos		1.470.752	376.237
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		493.834	1.462.381
Provisões	13a	31.962	44.787
Obrigações Fiscais Diferidas	14	24.077	178.762
Outras obrigações		823.246	1.146.884
Fiscais e previdenciárias	14	597.719	700.841
Diversas	13b	225.527	446.043
Resultado de Exercícios Futuros	16	80.084	127.558
Resultado de exercícios futuros		80.084	127.558
Patrimônio Líquido		2.883.293	2.564.736
Capital	17	2.416.479	2.117.609
De domiciliados no país		2.416.470	2.117.609
De domiciliados no exterior	9	-	-
Reserva de lucros	17	466.814	447.127

Total do Passivo **13.038.459** **14.021.353**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E SEMESTRES FINDOS EM DEZEMBRO 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Legal	Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.864.713	125.212	252.897	-	2.242.822
Lucro líquido do exercício	-	-	-	460.890	460.890
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	23.045	298.869	(321.914)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 07 de junho de 2019 (nota 18c)	252.896	-	(252.896)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(138.976)	(138.976)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2.117.609	148.257	298.870	-	2.564.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	425.946	425.946
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	21.298	297.259	(318.557)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 29 julho de 2020 (nota 18c)	298.870	-	(298.870)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(107.389)	(107.389)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	2.416.479	169.555	297.259	-	2.883.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A. (anteriormente denominado Banco GMAC S.A., alteração homologada pelo regulador em 18 de março de 2020) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e o custo da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB 2/2020 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- d) CPC 41 Resultado por ação - homologado pela Resolução BCB 2;
- e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09, revogada pela Resolução CMN 4.636/18;
- g) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- m) CPC 41 Resultado por ação - homologado pela Resolução BCB 2;
- n) CPC 46 Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19;
- o) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 18 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

- a) Apreciação de resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:
 - As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
 - O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- b) Ativo circulante e realizável em longo prazo: Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber. As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.
- c) Venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:
 - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A. (anteriormente denominado Banco GMAC S.A.), possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos. As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletfsc.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 3.477 e nº 4.567 do Conselho Monetário Nacional. São Paulo 18 de março de 2021

A Administração

Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2020	2019
Receitas de Intermediação Financeira		1.556.322	1.757.154
Operações de crédito	18	1.461.496	1.669.707
Operações de arrendamento mercantil		41.388	35.310
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	53.438	52.137
Despesas da Intermediação Financeira		(687.532)	(839.675)
Operações de captações no mercado	11a	(314.705)	(483.039)
Operações de arrendamento mercantil		(37.810)	(29.907)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(92.081)	(150.653)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		67.375	76.724
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		868.790	917.479
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(233.861)	(334.186)
Receitas de prestação de serviços		67.375	76.724
Rendas de tarifas bancárias	23	62.790	78.571
Despesas de Pessoal	19	(127.678)	(123.248)
Outras despesas administrativas	20	(315.708)	(330.969)
Despesas tributárias	24	(55.833)	(66.299)
Resultado de equivalência patrimonial	10	54.586	51.984
Outras receitas operacionais	21	230.639	62.220
Outras despesas operacionais	22	(150.033)	(83.169)
Resultado Operacional		634.929	583.293
Resultado não Operacional		6.391	2.942
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		641.320	586.235
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	(188.374)	(105.111)
Provisão para imposto de renda corrente		(44.963)	(88.286)
Provisão para contribuição social corrente		(45.255)	(77.791)
Ativo fiscal diferido		(98.156)	60.966
Participações no lucro		(27.000)	(20.234)
Lucro Líquido do Exercício		425.946	460.890
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,37	0,40
Total de ações - 1.141.400.925			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	425.946	460.890
Resultado Abrangente do Exercício	425.946	460.890
Atribuível a Controladora	425.944	460.888
Atribuível aos não Controladores	2	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		1.148.102	(411.566)
Lucro Líquido Ajustado		500.484	727.116
Lucro líquido do exercício		425.946	460.890
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		4.872	4.133
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3e	14.852	14.033
Outras despesas de arrendamento		11.151	12.102
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(2.808)	3.771
Resultado de equivalência patrimonial	10	(54.965)	(51.984)
Resultado na alienação de Bens Não de Uso - BNDU		(5.769)	(2.573)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	242.936	176.076
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia e Impostos a Compensar	21	(16.753)	(33.012)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(16.845)	(20.950)
Juros apropriados de Depósitos		83.342	169.917
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		53.711	110.103
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	(73.525)	66.199
Resultados de Exercícios Futuros	16	(172.463)	(286.289)
Ativo Fiscal Diferido	12b	(98.156)	(60.965)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	12b	90.218	166.077
Varição de Ativos e Obrigações		1.148.102	(411.566)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		40.000	-
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		1.616.618	46.546
(Aumento) Redução em Outros Créditos		1.005.082	103.695
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(4.131)	4.700
(Aumento) Redução em Bens Não de Uso		6.552	2.590
Aumento (Redução) em Depósitos		(2.690.472)	94.751
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		2.176.136	(81.944)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(922.002)	(681.916)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(25)	(2)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(37.811)	(15.417)
Imposto de renda e Contribuição Social pagas		(166.859)	(111.219)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		1.648.586	315.550
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		5.007	2.447
Alienação			



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

S10 LTZ



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

O Fundo, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,805% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o Artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter liquidez mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)	
	Máximo de 74%	Mínimo de 26%
Cotas seniores		
Cotas subordinadas (a)		
a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 26% do patrimônio líquido do Fundo.		
Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:		
A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.		
Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:		
O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.		

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019		
a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:				
Operações de Crédito				
Empréstimos	87.454	13.349		
Financiamentos	7.623.157	8.843.388		
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	741.800	1.418.362		
Operações de arrendamento mercantil	22.834	40.043		
Outros Créditos				
Antecipação de Receíveis (i)	–	517.173		
Referê-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.	8.475.245	10.832.315		
b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:				
Operações de Arrendamento				
Arrendamentos a receber	24.582	43.707		
Rendidas a apropriar	(24.579)	(43.707)		
Valores residuais a apropriar	222	373		
Valores residuais a balancear	(222)	(373)		
Imobilizado de arrendamento	23.316	40.440		
Valor residual antecipado	(485)	(397)		
Valor presente dos contratos	22.834	40.043		
c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:				
	2020	2019		
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado	7.251.878	85,6%	6.952.151	64,1%
Pessoa física	551.869	6,5%	961.504	8,9%
Outros Serviços	663.394	7,8%	2.910.476	26,9%
Comércio	8.104	0,1%	8.184	0,1%
Indústria	8.475.245	100,00%	10.832.315	100,00%
Total				
d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:				
	2020	2019	2020	2019
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	43.852	0,5%	55.160	0,5%
De 61 a 180 dias	22.047	0,3%	21.772	0,2%
De 181 a 360 dias	10.925	0,1%	9.976	0,1%
	76.824	0,9%	86.908	0,8%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	2.504.597	30,2%	5.236.795	48,3%
De 181 a 360 dias	1.610.275	18,8%	1.653.416	15,3%
Acima de 360 dias	4.283.549	50,1%	3.855.196	35,6%
Total	8.398.421	99,1%	10.745.407	99,2%
8.475.245	100,00%	10.832.315	100,00%	

e) Concentração do risco de crédito

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
O maior devedor	75.225	0,9%	347.689	3,2%
10 maiores devedores	175.183	2,1%	677.858	6,3%
50 devedores seguintes	319.126	3,8%	1.200.772	11,1%
100 devedores seguintes	223.346	2,6%	973.086	9,0%
Demais devedores	7.682.365	90,6%	7.632.910	70,4%
Total	8.475.245	100,00%	10.832.315	100,00%

f) Composição da carteira por indexadores

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.808.976	92,1%	7.567.524	69,9%
Pós-fixado	666.269	7,9%	3.264.791	30,1%
Total	8.475.245	100,00%	10.832.315	100,00%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos:

	2020		2019	
	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos	Total	Total
Saldo no início do exercício	218.288	13.434	231.722	231.722
Constituição/(Reversão) de provisões	248.745	(5.809)	242.936	242.936
Baixas	(223.987)	–	(223.987)	–
Saldo no fim do exercício	243.046	7.625	250.671	250.671

Há composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para perda esperada associada ao risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	–	49.562	–	446.644	–
A	0,50%	6.062.059	30.310	7.714.706	38.574
B	1,00%	604.646	6.046	1.101.475	11.015
C	3,00%	1.284.176	38.525	1.177.143	35.314
D	10,00%	264.599	26.460	186.009	18.601
E	30,00%	57.187	17.156	56.910	17.073
F	50,00%	28.288	14.144	25.278	12.639
G	70,00%	22.327	15.629	18.814	13.170
H	100,00%	102.401	102.401	85.336	85.336
Total		8.475.245	250.671	10.832.315	231.722

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$52.209 (R\$ 59.563 em 2019), contabilizado no grupo de Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 31 de dezembro de 2020, existiam contratos renegociados no montante de R\$16.815 (R\$ 3.012 em 2019).

j) Cessão de crédito
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$3.906.007(R\$3.267.701 em 2019), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$31.707 (R\$49.741 em 2019).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2020, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$314.358 (R\$540.914 em 2019), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" nota 13 no montante de R\$313.545 (R\$ 536.919 em 2019). Há provisão para perda esperada associada para risco de crédito para estas cessões no montante de R\$ 4.557(R\$ 5.138 em 2019) registrado na rubrica "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$ 255.619(R\$ 743.850 em 2019), tendo apropriado despesas no montante de R\$ 60.374 (R\$ 100.912 em 2019). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2024.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 31 de dezembro de 2020, consta o montante de R\$ 427.442 (R\$ 877.447 em 2019), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota13) no montante de R\$471.515 (R\$ 984.864 em 2019). Há provisão para perda esperada associada ao risco de crédito sobre essas cessões, no montante de R\$ 3.068 (R\$ 8.295 em 2019), registrada na rubrica "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito".

k) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações cedidas.

Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída
AA	–	523.747	2.619
B	1,00%	84.407	844
C	3,00%	119.140	3.574
D	10,00%	2.720	272
E	30,00%	634	190
F	50,00%	107	54
G	70,00%	–	–
H	100,00%	72	72
Total		741.800	7.625

l) Análise da sensibilidade das operações

A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, ΔEVE e ΔNII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente. Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (i) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (ii) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas caso parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de stress.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2020	2019
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	647.039	761.711
Depósitos judiciais (nota 15b) (i)	946.891	1.014.823
Devedores diversos - país (ii)	12.466	25.403
Impostos a recuperar (iii)	4.799	8.266
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 25e) (iv)	19.046	26.656
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.020	1.252
Total	1.631.261	1.838.111
Ativo circulante	37.331	61.577
Realizável em longo prazo	1.593.930	1.776.534

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 14) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 15).

Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).

(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$12.467 (R\$25.403 em 2019).

(iii) Refere-se substancialmente a créditos de IRPJ no valor de R\$ 4.799 (R\$ 1.155 créditos de PIS e de COFINS R\$ 7.102 em 2019).

(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$14.671 (R\$22.516 em 2019). Adicionalmente, estão registrados valores a receber de ligadas relacionadas a despesas com pessoal no valor de R\$4.376 (R\$4.140 em 2019).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Bens não de uso totalizava R\$2.134 (R\$ 2.921 em 2019).

b) Despesas antecipadas As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com o Banco Bradesco no montante de R\$2.992(R\$ 1.593 em 2019), e de R\$3.338 (R\$ 55 em 2019) refere-se ao custo das operações de captações acordadas com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70 %. A apropriação das despesas é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de despesas antecipadas montava R\$8.560 (R\$ 4.429 em 2019), e foram apropriadas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 despesas no montante de R\$16.770 (R\$ 14.191 em 2019), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 20).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2020		2019	
	GMAC Administradora de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada: Patrimônio Líquido no final do semestre antes da apuração do resultado	546.736	147.556	528.614	113.694
Lucro (prejuízo) do exercício	18.688	35.898	13.405	16.164
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do exercício	546.736	147.556	528.614	113.694
Resultado de equivalência patrimonial	18.688	35.898	18.122	33.862
No final de 31 de dezembro de 2020	565.424	183.454	546.736	147.556

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Depósitos interfinanceiros 55.160 2019 414.162 2020 2.609.853
Depósitos a prazo 18.688 35.898 3.393.267 3.804.706
Letras financeiras 99,99% 99,99% 4.277.291 2.047.445
Total 546.736 147.556 8.084.720 8.462.004
6.120.134 6.623.386
1.964.586 1.838.618
Passivo circulante 37.331 61.577
Exigível a longo prazo 1.964.586 1.838.618
As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE LF e Letra Financeira Garantida - LFG com vencimentos até Maio de 2024, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 3,21% e 6,67% ao ano no montante de R\$779.474 (R\$2.872.937 em 2019) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI, entre 95% e 189,5%, no montante de R\$ 4.532.752 (R\$5.589.067 em 2019) e captações indexadas na SELIC ao percentual da variação da SELIC + taxa pré-fixada, negociadas entre 100% + 0,60 no montante de R\$ 2.772.493. a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2020	2019
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	85.479	100.124
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	158.295	245.421
Letras financeiras	63.459	133.201
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	7.472	4.293
Total	314.705	483.039

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020		2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	641.320	641.320	586.235	586.235
Alíquotas do Banco	25%	20%	25%	15%
Despesas de acordo com as alíquotas	(160.330)	(128.264)	(146.559)	(87.935)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	6.750	5.400	5.059	3.035
Juros sobre capital próprio	26.847	21.478	34.744	20.846
Resultado de equivalência patrimonial	13.647	10.917	12.996	7.798
Outras adições/exclusões permanentes	(1.343)	(855)	(2.908)	(1.518)
Total IR e CS sobre despesas permanentes	45.901	36.940	49.891	30.161
Incentivos Fiscais (i)	3.741	–	6.665	–
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	264	282	(3.121)	(1.100)
Ajuste de imposto diferido exercício anterior (ii)	1.783	1.427	–	–
Ajuste prejuízo fiscal	102	–	(674)	–
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (vide explicação nota 3, subitem j)	–	–	–	–
Adicional do imposto de renda	–	9.757	–	47.537
Total	(108.515)	(79.858)	(93.774)	(11.337)
	(188.373)	(73.858)	(105.111)	(11.337)

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$3.741 (R\$ 6.665 em 2019) referem-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 581 a 589.

(ii) Os ajustes são referentes a constituição de diferido de PDD baixada para prejuízo de anos anteriores.

b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social"

	2020		2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos	(45.226)	(45.536)	(85.165)	(76.690)
IR e CS correntes exercício anterior	264	282	1.093	1.101
Constituição/realização de impostos diferidos:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(63.553)	(34.604)	(5.488)	66.454
Provisão para operação de crédito	(28.731)	(22.986)	32.973	47.101
Provisões para riscos fiscais	(20.033)	(16.026)	7.344	46.015
Outras Adições Temporárias	(3.979)	(2.633)	(1.509)	2.356
Correção de Depósitos Judiciais	8.801	7.041	(7.281)	(29.018)
Superveniência de Depreciação	1.283	–	3	



SERVIÇOS FINANCEIROS

ONIX



BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	2020	2019
Receita de atualização monetária de depósitos	16.753	33.012
Judiciais e Impostos a Compensar	89.593	10.667
Recuperação de despesas	92.982	-
Reversão de provisão fiscal	22.242	8.188
Resultado na venda de bens não de uso próprio	6.994	8.274
Outros	2.075	2.079
Total	230.639	62.221

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	12.852	29.374
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	31.949	20.624
Despesa com juros e cobrança	24.685	26.690
Despesas com incentivos culturais	2.565	4.725
Despesas com partes relacionadas	2	-
Despesas com juros e multas	77.905	334
Outras	75	1.422
Total	150.033	83.169

23. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confeção de Cadastro (TCC), no montante de R\$62.790 (R\$ 78.571 em 2019).

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
COFINS	34.292	47.640
PIS	12.317	7.741
ISS	7.252	8.466
OUTROS	1.972	2.452
Total	55.833	66.299

25. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2020	2019
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	2.923	3.170
Remuneração variável	1.473	1.943
Outras	-	591
Total	4.396	5.704

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:				
Outros créditos	14.671	-	22.516	-
Rendas de prestação de Serviços	-	-	-	8.687
Outras obrigações - Diversas	(6.084)	-	(4.455)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 16)	(80.084)	77.738	(127.558)	(146.660)
GMAC - Prestação de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(40.711)	(395)	(38.383)	(1.075)
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:				
Outros créditos	1.450	-	1.329	-
Captações em depósitos a prazo	(555.017)	(17.248)	(550.184)	(32.614)
Receita de prestação de Serviços	-	7.110	-	6.122
GMAC - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos	812	-	740	-
Captações em depósitos a prazo	(186.055)	(1.687)	(148.540)	(3.719)
Receita de prestação de Serviços	-	4.245	-	3.655
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos	2.114	-	2.071	-
Receita de prestação de Serviços	-	4.291	-	2.777
General Motors Holdings Participações Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(10.882)	(46)	(10.416)	(109)
Valores a pagar - JCP	(28.614)	-	-	-

A Diretoria

Contador: **Alexandre Passos Alves** - CRC 1SP-297700/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria – 2º Semestre de 2020

I. Introdução

O Comitê de Auditoria (Comitê) composto pelo Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominados em conjunto Chevrolet Serviços Financeiros, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo.

Em reunião realizada em 18 de março de 2021 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, os quais se encontram à disposição do Banco Central do Brasil na sede desta Instituição, sob a guarda da Área de Controles Internos.

II. Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2020, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2020 e o Resumo, além de a) demonstrações contábeis, b) relatório semestral de Ouvidoria e c) relatório semestral da Auditoria Interna. Além disso, apresentou-se, para conhecimento dos membros do Comitê e da Diretoria o Relatório de Efetividade da Política, dos Procedimentos e dos Controles Internos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

Com relação às atividades e informações do segundo semestre de 2020, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base - 31 de dezembro de 2020, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 31 de dezembro de 2020.

b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria continua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência. Documento aprovado neste Comitê:

- Relatório Semestral de Ouvidoria regulamentado pela Resolução 4433/2015 do CMN.

Documento para ciência do Comitê e da Diretoria:

- Relatório de Efetividade da Política, dos Procedimentos e dos Controles Internos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo em atendimento à Circular nº 3.978 do Banco Central do Brasil.

c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e ao porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito, entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que constancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

1. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 845.729 mil. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados à existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2020 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos, que envolve a identificação de eventos ou riscos específicos relevantes para a Chevrolet Serviços Financeiros e sua avaliação em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

(xiv) Divulgação de informações - Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Chevrolet Serviços Financeiros conta com política específica que estabelece os princípios e processos a serem adotados na divulgação de informações que evidenciem o atendimento de requerimentos prudenciais definidos pelo regulador. As publicações são realizadas de acordo com conteúdo, formato e periodicidade definidas pela regulamentação em vigor, disponibilizadas ao público por meio do website da Instituição, e englobam informações a respeito da sua estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, da apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets - RWA*), da adequação do Patrimônio de Referência (PR), e dos indicadores de liquidez.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11 Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009). Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 31 de dezembro de 2020, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$195.590 (R\$ 265.706 em dez/2019), sendo R\$58.018 (R\$ 58.018 em dez/2019) de Principal, R\$523 (R\$ 523 em dez/2019) de multas e R\$137.049 (R\$ 207.165 em dez/2019) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos.

Contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.

28. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2020 foi de 35,05%.

Título/Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	1.810	362	29
Risco reduzido - 75%	7.334.164	5.500.623	440.050
Risco reduzido - 85%	817.818	695.145	55.612
Risco reduzido - 100%	616.222	616.222	49.298
Risco reduzido - 250%	191.439	478.598	38.288
Subtotal 1	8.961.453	7.290.950	583.277
Parcela para cobertura de Risco Operacional	657.169	657.169	56.681
Subtotal 2	657.169	657.169	56.681
Total	9.618.622	7.948.119	639.958

Patrimônio de referência

Índice de basileia

2.785.778

35,05%

29. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2020 o Banco GM teve um resultado de R\$ 88.865 quanto a exclusão e dedução de PIS e COFINS sobre as despesas de constituição de provisão para perda esperada associada para risco de crédito e sobre as despesas com comissão de originação de novos contratos.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

- Em janeiro de 2021 o Banco GM fez o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 28.614 para General Motors Investment Participações Ltda.
- Em 01 de Março de 2021, a alíquota da contribuição social foi majorada de 20% para 25% a partir de julho de 2021, por meio da medida provisória 1.034.

31. OUTROS ASSUNTOS

A Administração acompanha tempestivamente os desdobramentos relacionados à pandemia de COVID-19 e seus impactos para o mercado e para as operações do Banco GM, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da Organização Mundial da Saúde. Ao longo de 2020 o Banco GM adotou diversas medidas de prevenção para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o desenvolvimento de canais digitais para manter a proximidade com o cliente, além da adoção de ações de renegociação e extensão de vencimento por até 60 dias, contribuindo de forma sustentável para o reequilíbrio financeiro e minimização dos impactos decorrentes da pandemia.

Mesmo com uma melhoria gradual ao longo do segundo semestre, o Banco GM de forma consensual, vem participando de programas como Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas, dentre outras iniciativas para o desenvolvimento de produtos que fomentem o negócio e facilitem o acesso dos clientes ao crédito de forma consistente.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização. Vale mencionar ainda que a Auditoria Interna trouxe para ciência e aprovação dos membros permanentes o Relatório Semestral em atendimento à Resolução 4567/2017 do CMN, sem qualquer ressalva a apresentada pelos mesmos.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos
As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas em conjunto com os cronogramas para implementação das ações cabíveis. Todas seguem sendo endereçadas pelas áreas responsáveis de forma satisfatória e dentro do planejamento esperado.

e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou e aprovou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GM e da GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

III. Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis da Chevrolet Serviços Financeiros, para a data-base de 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 18 de março de 2021

O Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores do Banco GM S.A.
(Anteriormente denominado Banco GMAC S.A.)

Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2020 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 8.475.245 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 250.671 mil.

continua ☆



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

CRUZE PREMIER



→ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2021



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-25P034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador - CRC-15P172167/O-6